

O presente trabalho foi apresentado no **Congresso da Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental, Itajaí, Santa Catarina, de 07 a 10 Dezembro de 2003.**

Um olhar ecológico para riscos e oportunidades no desenvolvimento de crianças e adolescentes que vivem nos abrigos institucionais de Rio Grande:

YUNES, MARIA ANGELA MATTAR ; MIRANDA, ANGELA TORMA.

CUELLO, SANDRA ELIANE SENA,

Fundação Universidade Federal de Rio Grande

E-mail: yunes@vetorialnet.com.br

Resumo

O presente trabalho buscou compreender ecologicamente o funcionamento das instituições de Rio Grande, RS através do modelo de desenvolvimento de Urie Bronfenbrenner. Nesta ótica, as instituições são o microsistema central do entorno ecológico dessas crianças. Considerando-se que processos proximais são motores de desenvolvimento psicológico, temos que as atividades conjuntas, os papéis e as relações estabelecidas rotineiramente (entre criança/criança e crianças/funcionários), podem determinar a trajetória de vida das crianças, de maneira a inibir ou incentivar a expressão de competências na esfera cognitiva, social e afetiva. Esta vivência institucional pode apresentar mais riscos sócio-culturais do que oportunidades para o desenvolvimento das crianças. Muitos abrigos mostram-se como sistema de influência alheio ao desenvolvimento psicológico saudável e transparecem pessimismo e descompromisso com a transformação de políticas públicas em favor destas populações. O “acolhimento e a ajuda” são a tônica das interações em lugar da educação e do crescimento psicológico. Fica evidente ainda a pouca comunicação entre instituições similares e os outros microsistemas (Conselhos Tutelar e Municipal, centros educacionais, de saúde ou religiosos) da rede de apoio social. Oportunizar desenvolvimento significa propiciar diferentes contextos de suporte para que a existência das crianças institucionalizadas adquira sentido através de alternativas e direcionamentos que validem suas próprias expectativas.

Palavras chaves: instituições; abrigos; criança e adolescente em situação de risco; ecologia do desenvolvimento

Um olhar ecológico para riscos e oportunidades no desenvolvimento de crianças e adolescentes que vivem nos abrigos institucionais de Rio Grande:

A gravidade e a amplitude das conseqüências sociais que a questão das crianças institucionalizadas apresenta, tem sido reconhecida por diversos segmentos da sociedade. No entanto, o que se conhece sobre o assunto, não tem sido suficiente para a definição de programas políticos adequados às necessidades desta população. Apesar de se constatar que, a maioria destas crianças possui famílias, sabe-se das impossibilidades do restabelecimento do contato imediato, dado as condições de miséria, violência ou abandono sob as quais muitas vivem em suas casas juntamente com suas famílias (Yunes, Tavares, Arrieche & Faria, 2001). Portanto, muitas crianças passam longos períodos de suas vidas nas ruas ou são encaminhadas judicialmente às instituições. Segundo Santana (2003) " a criação de instituições e programas específicos para crianças e adolescentes em situação de rua pode ser considerada uma prática que reforça a estigmatização e os preconceitos contra esta população". (p. 34). Sendo assim, a vivência institucional pode apresentar, tantos ou mais fatores de risco quanto a rua para as crianças pois o ambiente institucional e as relações estabelecidas neste meio irão influenciar seu desenvolvimento cognitivo, social e afetivo, bem como a construção de suas identidades e seus projetos de futuro.

Para se compreender esta complexa temática a abordagem ecológica de desenvolvimento de Bronfenbrenner (1996) parece-nos o referencial mais indicado. O modelo ecológico caracteriza-se por ser um marco teórico e metodológico que busca privilegiar não apenas o contexto, mas as múltiplas interações entre a pessoa e os ambientes. Uma das maiores contribuições da abordagem ecológica reside no fato de que ela torna o pesquisador capaz de "pensar ecologicamente", possibilitando que sua atenção seja dirigida não só para o indivíduo e os ambientes imediatos nos quais ele se encontra, mas também para as interações do indivíduo com os ambientes mais distantes, dos quais muitas vezes, ele sequer participa diretamente. Bronfenbrenner (1979, 1996) proporciona a compreensão de vários sistemas de influência, desde os mais distais até os mais próximos, que acabam por formar o entorno ecológico do indivíduo. Através de uma linguagem específica de sua abordagem, o autor pressupõe que toda experiência individual se dá no ambiente ecológico, o qual "é concebido como uma série de estruturas encaixadas, uma dentro da outra, como um conjunto de bonecas russas". (Bronfenbrenner, 1996, p. 5). Um aspecto marcante desta concepção, é que o importante para o desenvolvimento é o meio ambiente na maneira como é percebido pelo indivíduo, e não como ele existe na realidade objetiva¹. Portanto, conforme Bronfenbrenner (1996), "os aspectos do meio ambiente mais importantes no curso do crescimento psicológico são, de forma esmagadora, aqueles que têm significado para a pessoa numa dada situação". (p. 9). Estes ambientes são analisados em termos de quatro tipos de sistemas que guardam uma relação inclusiva entre si: o **microssistema**, o **mesossistema**, o **exossistema** e o **macrossistema**. O **microssistema** é o sistema ecológico mais próximo e compreende um conjunto de relações entre a pessoa em desenvolvimento e seu ambiente mais imediato, como por exemplo a família, a escola, a vizinhança, a igreja, o clube social, etc. O **mesossistema** refere-se ao conjunto de relações entre dois ou mais microssistemas dos quais a pessoa em desenvolvimento participa de maneira ativa: as relações família-escola ou escola-igreja, por exemplo. Quando a criança sai de um microssistema conhecido, como por exemplo a família, para integrar um novo microssistema como a escola, dizemos que houve um fenômeno de movimento no espaço ecológico, ou melhor, uma "transição ecológica". As transições ecológicas ocorrem durante toda a vida. Uma terceira força de influência no

¹ Esta concepção foi originalmente apresentada pelas teorias de Kurt Lewin.

desenvolvimento são os **exossistemas**. Estes compreendem aquelas estruturas sociais formais e informais que, mesmo que não contenham a pessoa em desenvolvimento, influenciam e delimitam o que acontece no ambiente mais próximo: a família extensa, as condições e as experiências de trabalho dos adultos e da família, as amizades, a vizinhança do bairro em geral. E, por último, o **macrossistema** que é o sistema mais distante do indivíduo, e inclui os valores culturais, as crenças, as situações e acontecimentos históricos que definem a comunidade onde os outros três sistemas estão inseridos e podem afetá-los: os estereótipos e preconceitos de determinadas sociedades, períodos de grave situação econômica dos países, a globalização.

Para a criança ou adolescente institucionalizado, o abrigo é muitas vezes o ambiente imediato de maior impacto em suas vidas, ou melhor, o microsistema no qual ela realiza maior número de atividades, assume diferentes papéis e estabelece interações pessoais face a face ou simbólicas. Isso pode ocorrer durante períodos significativos de seu ciclo de vida. Um importante conceito introduzido por Bronfenbrenner e Morris (1998) recentemente trata dos processos proximais primários como os principais motores de desenvolvimento psicológico. Processos proximais primários são "formas particulares de interações entre o organismo e o ambiente" (p. 994). Estas formas de interação operam com o substrato das atividades conjuntas, dos papéis e das relações estabelecidas rotineiramente (entre criança/criança e crianças/funcionários) e podem determinar a trajetória de vida das crianças, de maneira a inibir ou incentivar a expressão de competências na esfera cognitiva, social e afetiva. O desenvolvimento destas crianças abrigadas também receberá influências mesossistêmicas, que provém da rede de apoio social, definidas como o conjunto de sistemas e pessoas significativas que compõe as ligações sociais e afetivas de relacionamento recebidos e percebidos pelas crianças (Brito & Koller, 2000). O exossistema da criança institucionalizada vai se constituir pelos ambientes nos quais ela não participa diretamente, mas mesmo assim sofre importantes influências tais como: o Conselho Tutelar; o Juizado e Promotoria da Infância e da Juventude; os Conselhos Municipais; as diretorias de escolas e instituições. Por último, a análise do macrossistema pode nos auxiliar a compreender como a sociedade concebe a criança institucionalizada a partir de seus valores, crenças, políticas públicas e cultura.

Pensando os riscos sócio culturais e as oportunidades nestes sistemas de influência:

De maneira geral, fatores de risco relacionam-se com toda a sorte de eventos negativos de vida, e quando presentes, aumentam a probabilidade do indivíduo apresentar problemas físicos, sociais ou emocionais. Segundo Funchan Grych & Osborne (1994), o conceito de risco sofreu uma maior amplitude quando se passou a estudar os riscos psicossociais, como, por exemplo, qual a correlação entre conflitos familiares e o comportamento agressivo de uma criança. Segundo Bronfenbrenner (1991) a simples ausência de interações com um ou mais adultos que queiram o bem incondicional das crianças que estão sob seus cuidados pode se constituir numa ameaça ao desenvolvimento psicológico saudável. Embora se reconheça que privação econômica é uma das principais fontes de risco sociocultural para a criança, a privação social pode estar nos vários sistemas do espaço ecológico, caracterizada por relacionamentos capazes de minar dia após dia o desenvolvimento humano (Garbarino & Abramovitz, 1992). Sabe-se que crianças e adolescentes correspondem a uma categoria de vítimas dos inúmeros problemas sociais encontrados em nosso país por serem o elo mais fraco do encadeamento de certas formas de relações humanas. Assim, a condição de vulnerabilidade lhes é destinada por exemplo nos casos de abuso e violência física, psicológica ou sexual. Nestes casos, diante do fracasso dos dispositivos sociais e

educacionais de políticas de intervenção junto às famílias, algumas crianças são levadas a deixarem o convívio familiar, tendo como destino, as ruas ou as instituições de atendimento (geralmente após destituída judicialmente a guarda, a tutela ou o pátrio - poder dos responsáveis). Se a institucionalização irá se constituir em risco ou não, vai depender do comportamento que se tem em mente e dos mecanismos- através dos quais os processos de risco operam seus efeitos negativos na criança (Cowan, Cowan & Schulz, 1996). Condições de risco não podem ser assumidas *a priori* (Luthar, 1993), pois risco não se caracteriza por um fato, mas por um ou mais processos que englobam uma sequência de eventos a serem examinados. Ao abordarmos especificamente a questão do risco sociocultural é importante focarmos o processo de "empobrecimento" no mundo das experiências relacionais - examinar os mecanismos dos processos proximais primários - da criança em seus ambientes ecológicos imediatos (microssistema e mesossistemas) e distantes (exossistemas, macrosistema).

Quanto às oportunidades e seu papel no desenvolvimento da criança é preciso esclarecer um conceito correlato denominado por alguns autores "fatores de proteção" ou *buffers* (Cowan, Cowan & Schulz 1996; Rutter, 1985, 1987). Segundo Rutter (1985), "fatores de proteção referem-se a influências que modificam, melhoram ou alteram respostas pessoais a determinados riscos de desadaptação" (p. 600). A característica essencial desses fatores é a modificação catalítica da resposta do indivíduo à situação de risco (Rutter, 1987). Esses fatores podem não apresentar efeito na ausência de um estressor, pois seu papel é o de modificar a resposta do indivíduo em situações adversas mais do que favorecer diretamente o desenvolvimento normal. Rutter (1987) adverte os pesquisadores para não equipararem fatores de proteção com condições de baixo risco. O autor chama a atenção também para a distinção que deve ser feita entre fatores de proteção e experiências positivas. A pesquisa nesta área não visa a identificar quais são os fatores que propiciam bem-estar às pessoas, mas quais são os processos que as protegem dos mecanismos de risco. Sendo assim, os mecanismos de proteção serão aqueles que numa trajetória de risco, acabam por mudar o curso da vida da pessoa (pontos de virada) para um "final feliz". Nesse sentido é que se faz a relação entre fatores de proteção e oportunidades, sendo que o último conceito vai além da pressuposição da "proteção em situações de risco", mas traz implícito a noção de garantia de um desenvolvimento que maximiza as potencialidades da criança. No caso das crianças institucionalizadas, é na relação criança-instituição que se espera encontrar encorajamento material, emocional e social compatíveis com as necessidades e capacidades de cada um.

Reflexões finais

Sabe-se que a questão das crianças e adolescentes institucionalizados ainda está distante de soluções políticas e educacionais que minimizem a gravidade de suas conseqüências. Apesar do número e diversidade de estudos e publicações sobre o assunto, não há uma definição de programas governamentais adequados às necessidades desta população. Embora a maioria das crianças institucionalizadas possua famílias, enfrenta-se as reais impossibilidades do restabelecimento dos vínculos parentais, seja por determinação

² Cowan, Cowan e Schulz (1996) tratam desta questão conceitual brevemente e apresentam uma clara definição de mecanismo: "Mecanismos são processos que ligam riscos às suas conseqüências, propiciando o entendimento na variabilidade destas conseqüências" (p. 16). Segundo os autores, os mecanismos podem operar de duas maneiras para fazer esta vinculação risco---conseqüência: como mediadores ou moderadores. Um mecanismo mediador é dinâmico e não diretamente observável. O mecanismo moderador amplifica, reduz ou muda a direção da correlação entre riscos e respostas.

judicial ou pelas condições de violência, miséria ou abandono de seus ambientes. Portanto, muitas crianças passam longos períodos de suas vidas nos abrigos. Tomando-se a abordagem ecológica de Bronfenbrenner como referência de análise para esta situação, temos que as instituições são o microsistema central do entorno ecológico dessas crianças. Considerando-se que processos proximais são motores de desenvolvimento psicológico, temos que as atividades conjuntas, os papéis e as relações estabelecidas rotineiramente (entre criança/criança e crianças/funcionários), podem determinar a trajetória de vida das crianças, de maneira a inibir ou incentivar a expressão de competências na esfera cognitiva, social e afetiva. Estudos realizados nos abrigos da cidade de Rio Grande/RS desde 1999, têm demonstrado que esta vivência institucional pode apresentar mais riscos sócio-culturais do que oportunidades para o desenvolvimento das crianças. A maioria das instituições de abrigo mostra-se como sistema de influência alheio ao desenvolvimento psicológico saudável e transparece um pessimismo e descompromisso com a transformação de políticas públicas em favor destas populações. As famílias de origem das crianças são vistas com estranhamento e ignoradas como agentes do processo de institucionalização. O “acolhimento e a ajuda” são a tônica das interações em lugar da educação e do crescimento psicológico. Fica evidente ainda a pouca comunicação entre instituições similares e os outros microsistemas (Conselhos Tutelar e Municipal, centros educacionais, de saúde ou religiosos) da rede de apoio social. Isto inviabiliza parcerias importantes, agrava as deficiências existentes no funcionamento institucional e reforça o tratamento de exclusão às crianças abrigadas, principalmente no que se refere àquelas com necessidades especiais, que tornam-se duplamente excluídas. Oportunizar desenvolvimento significa propiciar diferentes contextos de suporte para que a existência das crianças institucionalizadas adquira sentido através de alternativas e direcionamentos que validem suas próprias expectativas.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRONFENBRENNER, Urie (1979) **The ecology of human development**, Cambridge, MA: Harvard University Press.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Medicas, 1996.

BRONFENBRENNER, U.; MORRIS, P.A. The ecology of developmental process. In: LENER, R.M.(ed). **Handbook of child psychology**: Theoretical models of human development. 5.ed. 1998. p.993-1028.

GARBARINO, James & ABRAMOWITZ, Robert H. (1992) Sociocultural Risk and opportunity, In: GARBARINO, James (Ed.), **Children and Families in the Social Environment**, 2nd Edition. New York, Aldine de Gruyter, 35-70.

RUTTER, M. Resilience in the face of adversity: protective factors and resistance to psychiatric disorder. British Journal of Psychiatry, n. 147, p. 598-611, 1985.

RUTTER, Michael (1987) Psychosocial Resilience and Protective Mechanisms, **American Journal of Orthopsychiatry**, 57: 316-331.

YUNES, Maria Angela Mattar, TAVARES, Maria de Fátima Abrantes, ARRIECHE,

Maria Rosaura de Oliveira e FARIA, Lucimeri Coll. A família vivida e pensada na percepção de crianças em situação de rua. **Paidéia - Cadernos de Psicologia e Educação**. Ribeirão Preto, v.11, n.20, p 47-56, 2001.